



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PLANEJAMENTO

MISSÃO X VISÃO X VALORES X NEGÓCIO

MISSÃO	É O MOTIVO PELO QUAL A ORGANIZAÇÃO FOI CRIADA. ♣ REPRESENTA A IDENTIDADE DA ORGANIZAÇÃO. ♣É ATEMPORAL (PERMANENTE). ♣ INDICA QUAIS BENEFÍCIOS A ORGANIZAÇÃO TRARÁ PARA A SOCIEDADE ASSIM COMO O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO NA SOCIEDADE E COMO A ORGANIZAÇÃO PRETENDE ATUAR EM SEU DIA A DIA.
VISÃO	☐ É A "VISÃO DE FUTURO" DA ORGANIZAÇÃO ☐ DEVE TRADUZIR O CONSENSO DOS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO SOBRE O FUTURO QUE SE DESEJA, SENDO BASTANTE CLARA E COERENTE COM A MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO.
VALORES	CONJUNTO DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS E DAS CRENÇAS QUE NORTEIAM O COMPORTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO. CONSTITUEM A BASE PARA A TOMADA DE DECISÃO.
NEGÓCIO	♣ REPRESENTA O "RAMO DE ATIVIDADES" NO QUAL A EMPRESA ATUA. ♣ ESTÁ RELACIONADO ÀS ATIVIDADES PRINCIPAIS DA ORGANIZAÇÃO EM UM MOMENTO ESPECÍFICO.
	@CadernodoConcurseiro





ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS: PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO X TÁTICO X OPERACIONAL

ESTRATÉGICO	TÁTICO	OPERACIONAL	
LONGO PRAZO	MÉDIO PRAZO	CURTO PRAZO	
TODA A ORGANIZAÇÃO	DEPARTAMENTO	UNIDADE (DENTRO DE UM DEPARTAMENTO)	
RISCO ALTO	RISCO MÉDIO	RISCO BAIXO	
DIRETORES GERENTES		SUPERVISORES	





ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DE PESSOAS

POLÍTICA DE RH

- CHIAVENATO: "AS POLÍTICAS DE RH REFEREM-SE ÀS MANEIRAS PELAS QUAIS A ORGANIZAÇÃO PRETENDE LIDAR COM SEUS MEMBROS E, POR INTERMÉDIO DELES, ATINGIR OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS, PERMITINDO CONDIÇÕES PARA O ALCANCE DE OBJETIVOS INDIVIDUAIS";
- **☞VARIAM EM DECORRÊNCIA DO CONTEXTO INTERNO DA ORGANIZAÇÃO E DO AMBIENTE** EXTERNO;

ESTRATÉGIAS DE RH

- **☞ DEVE ESTAR ALINHADA AOS OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS**;
- FOCO NO LONGO PRAZO:

🕨 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE RH: PODE SER CLASSIFICADO DE 03 FORMAS

- FLANEJAMENTO INTEGRADO: INTEGRAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E O PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.



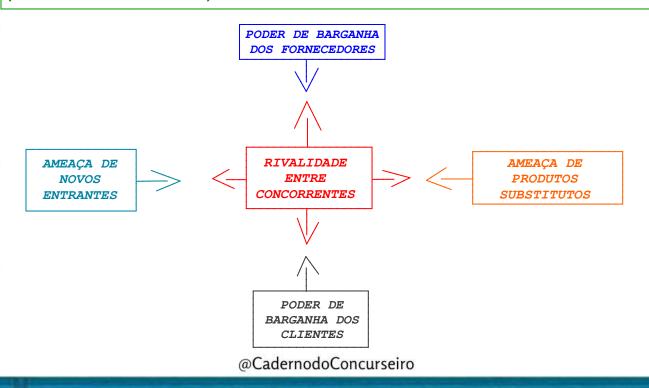


ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCIPAIS FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS

5 FORÇAS DE PORTER

- ➡PORTER DEFENDE QUE É IMPORTANTE QUE A ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL LEVE EM CONSIDERAÇÃO E ENTENDA A ESTRUTURA DO MERCADO NA QUAL A ORGANIZAÇÃO ESTÁ INSERIDA, BEM COMO AS INTERAÇÕES DO AMBIENTE;







ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: COMUNICAÇÃO

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

JUM GESTOR P.	RECISAR COMPREENDER QUAIS SAO AS VANTAGENS/	
DESVANTAGENS DE	CADA CANAL ANTES DE ESCOLHER O MAIS ADEQUADO;	
	ATINGE UM GRANDE NÚMERO DE PESSOAS; COMUNICAÇÃO	
VANTAGENS DO	RESTRITA E PODE SER REENVIADA DA MESMA FORMA;	

VANTAGENS DO CANAL POBRE	RESTRITA E PODE SER REENVIADA DA MESMA FORMA; PLANEJAMENTO ANTECIPADO E EM DETALHES; FÁCIL REPLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO;
VANTAGENS DO	PESSOAL; CANAL DE MÃO-DUPLA (RESPOSTA MAIS RÁPIDA

CANAL RICO DO RECEPTOR); FEEDBACK INSTANTÂNEO.

COMUNICAÇÃO INTERNA X EXTERNA

INTERNA	VISA ALCANÇAR OS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO;
EXTERNO	PÚBLICO-ALVO SÃO OS DIVERSOS PÚBLICOS EXTERNOS

COMUNICAÇÃO ORAL (OU VERBAL) E ESCRITA

	ESCRITA	MUITO UTILIZADA PARA A CONFECÇÃO DE DOCUMENTOS, MANUAIS, TEXTOS TÉCNICOS, ETC. DEVE SER CLARA E UTILIZAR LINGUAGEM ADEQUADA PARA QUE SEJA EFICAZ
I VERBAL I		ENVOLVE FALA/ORATÓRIA. IMPORTANTE PARA INFLUENCIAR OS DEMAIS, CONVENCER OS CLIENTES, COMUNICAR O QUE DESEJAM, ETC.
	NÃO-VERBAL	ENVOLVE AÇÕES E CONDUTAS AO INVÉS DE PALAVRAS.





ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

CRÉDITOS ADICIONAIS

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

SÃO OS DESTINADOS A REFORÇO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DEVENDO SER AUTORIZADOS POR LEI E ABERTOS POR DECRETO DO PODER EXECUTIVO

A ABERTURA DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA OCORRER A DESPESA E SERÁ PRECEDIDA DE EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

É VEDADA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA E SEM INDICAÇÃO DOS RECURSOS CORRESPONDENTE

INCORPORA-SE AO ORÇAMENTO, ADICIONANDO-SE À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE DEVA REFORÇAR

VIGÊNCIA LIMITADA AO EXERCÍCIO EM QUE FOREM AUTORIZADOS

A LOA PODERÁ CONTER AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ATÉ DETERMINADA IMPORTÂNCIA OU PERCENTUAL, SEM A NECESSIDADE DE SUBMISSÃO DO CRÉDITO AO PODER LEGISLATIVO;

SÃO AUTORIZADAS POR LEI, PORÉM SÃO ABERTOS POR DECRETO DO PODER EXECUTIVO, COMO REGRA GERAL;

EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE





ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

CICLO ORÇAMENTÁRIO

DEMAIS PODERES, MPS E DPS (TEXTO CONSTITUCIONAL)

OS TRIBUNAIS ELABORARÃO SUAS PROPOSTAS ORCAMENTÁRIAS

DENTRO DOS LIMITES ESTIPULADOS CONJUNTAMENTE COM OS DEMAIS PODERES NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

SE OS ÓRGÃOS NÃO ENCAMINHAREM SUAS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DO PRAZO DA LDO

O PODER EXECUTIVO CONSIDERARÁ, OS VALORES APROVADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA VIGENTE

SE AS PROPOSTAS
ORÇAMENTÁRIAS FOREM
ENCAMINHADAS EM
DESACORDO COM OS LIMITES

O PODER EXECUTIVO PROCEDERÁ AOS AJUSTES NECESSÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELABORARÁ SUA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS SÃO ASSEGURADAS AUTONOMIA FUNCIONAL E ADMINISTRATIVA

E A INICIATIVA DE SUA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

APLICA-SE ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS DA UNIÃO E DO DISTRITO FEDERAL.





ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

PPA - LDO - LOA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

(ELO ENTRE O PPA E A LOA)

COMPREENDERÁ AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

ESTABELECERÁ AS DIRETRIZES DE POLÍTICA FISCAL E RESPECTIVAS METAS, EM CONSONÂNCIA COM TRAJETÓRIA SUSTENTÁVEL DA DÍVIDA PÚBLICA

LDO

ORIENTARÁ A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

DISPORÁ SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E ESTABELECERÁ A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO.

É ANUAL, MAS A VIGÊNCIA EXTRAPOLA O EXERCÍCIO FINANCEIRO, UMA VEZ QUE É APROVADA ATÉ O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO E ORIENTA A ELABORAÇÃO DA LOA NO SEGUNDO SEMESTRE. ADEMAIS, ESTABELECE REGRAS ORÇAMENTÁRIAS A SEREM EXECUTADAS AO LONGO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO SUBSEQUENTE

O PRAZO PARA
ENCAMINHAMENTO
AO LEGISLATIVO

É DE 08 MESES E MEIO ANTES DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO (15/04)

E A DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO DEVE SER REALIZADA ATÉ O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO DA SESSÃO LEGISLATIVA (17/07)

🖺 A SESSÃO LEGISLATIVA NÃO SERÁ INTERROMPIDA SEM A APROVAÇÃO DA LDO





LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

100		
	POR QUE (PERGUNTA)	EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS" EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF? EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE
9 9	POR QUÊ (FIM DE FRASE)	É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ? EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?
	PORQUE (RESPOSTA)	CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO) EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR
	PORQUÊ (SUBSTANTIVO)	EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO" EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO
	N.	@CadernodoConcurseiro





LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EXPRESSA IDEIA DE PROPORÇÃO

À MEDIDA QUE

PODE SUBSTITUIR POR
"À PROPORCÃO OUE"

X

EX: À MEDIDA QUE O TEMPO PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

NA MEDIDA EM QUE EXPRESSA IDEIA DE CAUSA

PODE TAMBÉM SER USADA COMO CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: "UMA VEZ QUE"
"VISTO QUE", "JÁ QUE", DENTRE OUTROS

EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ
CAUSA
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO

OBS: AS BANCAS, EM GERAL, COBRAM MAIS A EXPRESSÃO COM IDEIA DE CAUSA





LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL	
SOMENTE SE LIGA A: √SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: VSUBSTANTIVOS ABSTRATOS VADJETIVOS VADVÉRBIOS	
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO	
PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE" NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:		
◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	♦ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL	
♦ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ♦ PODE INDICAR POSSE	 NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) NÃO PODE INDICAR POSSE 	
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)	





LÍNGUA PORTUGUESA

VERBOS

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A VOZ PASSIVA

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA NA VOZ PASSIVA ANALÍTICA

- **☞**O SUJEITO SE TRANSFORMA EM AGENTE DA PASSIVA
- **₡**O OBJETO DIRETO SE TRANSFORMA NO SUJEITO DA PASSIVA
- **☞**O VERBO TRANSITIVO SE TRANSFORMA EM LOCUÇÃO VERBAL

EXEMPLO:

O TREINADOR ALTEROU O HORÁRIO DO JOGO



O HORÁRIO DO JOGO FOI ALTERADO PELO TREINADOR SUJEITO PACIENTE (SER + PARTICÍPIO) AGENTE DA PASSIVA

- **☞**O SUJEITO (O TREINADOR) PASSA PARA AGENTE DA PASSIVA (PELO TREINADOR)
- **☞**O VERBO TRANSITIVO (ALTEROU) PASSA PARA LOCUÇÃO VERBAL (FOI ALTERADO)





LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EM VEZ DE

(NA DÚVIDA, OPTE SEMPRE POR ELA)

X

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO

DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO, IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS, OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU

AO INVÉS DE



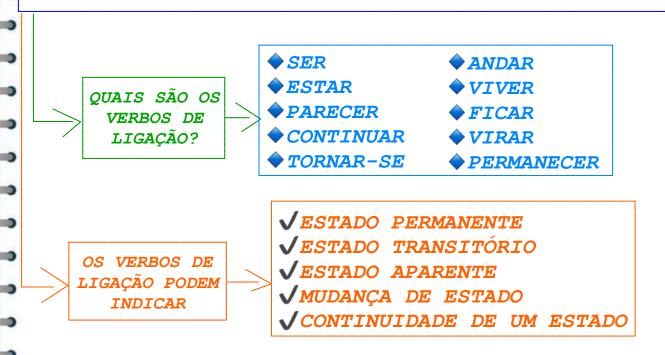


LÍNGUA PORTUGUESA

VERBOS

VERBOS DE LIGAÇÃO

- *☞SÃO VERBOS QUE INDICAM UM ESTADO, LIGANDO UMA CARACTERÍSTICA AO SUJEITO.*
- **☞ NÃO INDICAM UMA AÇÃO**
- **☞**SÃO TAMBÉM CHAMADOS DE VERBOS RELACIONAIS OU VERBOS COPULATIVOS







DIREITO ADMINISTRATIVO

NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DAS PENAS

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

PREJUÍZO AO ERÁRIO

VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS

RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO (SE HOUVER DANO EFETIVO)

PERDA DOS BENS **ACRESCIDOS** ILICITAMENTE

PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE

(SE CONCORRER ESTA CIRCUNSTÂNCIA)

PERDA DA FUNCÃO PÚBLICA

SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

DE ATÉ 14 ANOS

PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA

SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 12 ANOS

MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL

PROIBICÃO DE CONTRATAR

COM O PODER PÚBLICO OU

DE RECEBER BENEFÍCIOS,

PELO PRAZO NÃO SUPERIOR

(AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)

(AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)

MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO DANO

PROIBICÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS. PELO PRAZO NÃO SUPERIOR

A 14 ANOS

(AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)

A 12 ANOS

(AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA OUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)





MULTA CIVIL DE ATÉ 24 VEZES VALOR DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE

(AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)

PROIBICÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR

A 4 ANOS

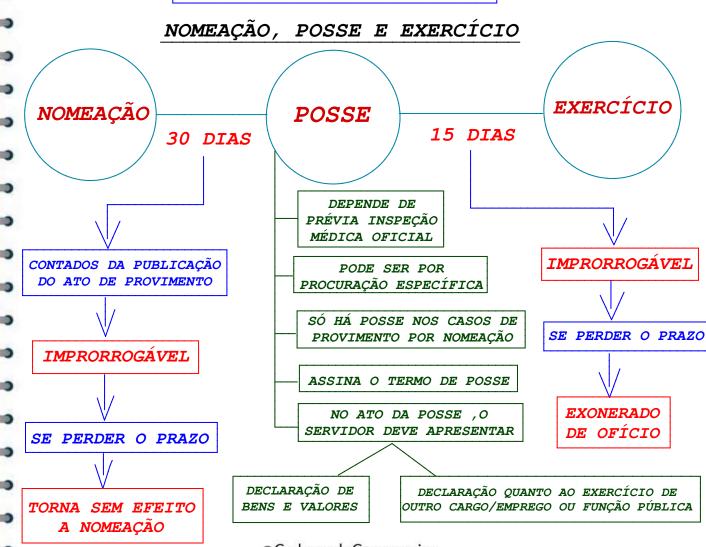
(AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)





DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - LEI 8.112/90

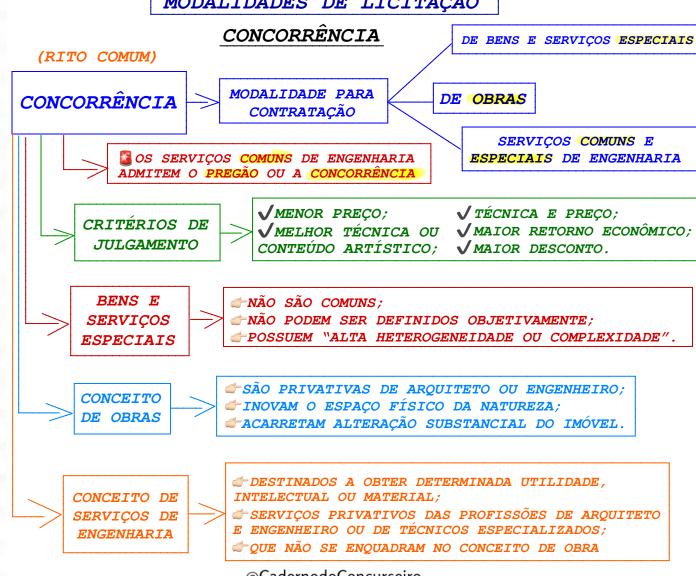






DIREITO ADMINISTRATIVO

MODALIDADES DE LICITAÇÃO







ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

COMPRAS

- 2. OPERAÇÕES DE COMPRAS
- 2.1. SOLICITAÇÃO DE COMPRAS:

₯ DOCUMENTO DE DESCREVE:

- + ITEM A SER COMPRADO;
- + OUANTIDADE NECESSÁRIA;
- + PRAZO PARA ENTREGA;
- + MODO E LOCAL DE ENTREGA OU DE RETIRADA;
- + POSSÍVEIS FORNECEDORES;
- + PREÇOS PESQUISADOS; E
- + INFORMAÇÕES SOBRE A ESTOCAGEM, POR EXEMPLO.
- JOCUMENTO QUE AUTORIZA O COMPRADOR INICIAR O PROCESSO DE COMPRA.

2.2. COLETA DE PREÇOS OU COTAÇÃO:

- SÃO AS PROPOSTAS, AS OFERTAS, AS CONDIÇÕES DOS FORNECEDORES;
- DEVE CONTER, ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES, O PREÇO, FORMA DE RETIRADA OU ENTREGA DO MATERIAL, MODO DE PAGAMENTO E O PRAZO DE ENTREGA.
- DEVE LEVAR EM CONTA AS CONDIÇÕES OU EXIGÊNCIAS DO COMPRADOR.

2.3. PEDIDO E ACOMPANHAMENTO DAS COMPRAS:

- O PEDIDO TEM FORÇA DE UM CONTRATO FORMAL;
- O CONTRATO ESTABELECE AS CONDIÇÕES ACORDADAS ENTRE O COMPRADOR E O FORNECEDOR, TAIS COMO PREÇOS, PRAZOS, QUANTIDADES, QUALIDADE, ETC.;
- É GERADO A PARTIR DA SOLICITAÇÃO DE COMPRA.





ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

GESTÃO DE ESTOQUES

3.2. ANTIGIRO OU TAXA DE COBERTURA:

- ₫ QUANTOS MESES DE CONSUMO EQUIVALEM AO ESTOQUE REAL.
- FÓRMULA PARA CALCULAR A TAXA DE COBERTURA:
- ✓ COBERTURA = ESTOQUE MÉDIO / CONSUMO.

3.3. ESTOQUE MÉDIO

- **☞ TRANSACÕES DE ENTRADAS E SAÍDAS.**
- f FÓRMULA: EM = (Q/2) + ES, ONDE:
 - **♦** EM = ESTOQUE MÉDIO;
 - ♦ Q = QUANTIDADE FABRICADA OU ADQUIRIDA PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE; E
 - ♦ ES = ESTOQUE DE SEGURANÇA.

4. AVALIAÇÃO DOS ESTOQUES

- FORNECE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DEVIDAMENTE ATUALIZADAS; E
- **☞**PROPORCIONA AVALIAÇÃO DO MATERIAL.

4.1. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

- CUSTO MÉDIO:
 - + MÉTODO MAIS UTILIZADO;
 - + EQUILIBRA AS FLUTUAÇÕES DE PREÇO;
 - + REFLETE, A LONGO PRAZO, OS CUSTOS REAIS DAS COMPRAS DOS MATERIAIS.
- - + APLICA O CUSTO REAL NO CÁLCULO.
- **☞**MÉTODO "ÚLTIMO A ENTRAR, PRIMEIRO A SAIR" (UEPS) OU "LAST IN, FIRST OUT" (LIFO):
 - + INDICADO PARA PERÍODOS INFLACIONÁRIOS;
 - + os itens que entraram mais recentemente devem ser os primeiros a sair.





ARQUIVOLOGIA

INTRODUÇÃO À ARQUIVOLOGIA

PRINCÍPIOS DA ARQUIVOLOGIA



(DEPENDENDO DO AUTOR, TAMBÉM SÃO ROTULADOS COMO CARACTERÍSTICAS)

PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA: PRINCÍPIO DO "RESPEITO AOS FUNDOS" OU PRINCÍPIO DO "MÉTODO HISTÓRICO".

PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA O ARQUIVO PRODUZIDO POR UMA ENTIDADE COLETIVA, PESSOA OU FAMÍLIA <mark>NÃO DEVE SER</mark> MISTURADO AOS DE OUTRAS ENTIDADES PRODUTORAS

OS ARQUIVOS DEVEM RESPEITAR A SUA ORIGEM, OU SEJA, A SUA PROVENIÊNCIA

MANUTENÇÃO NO RESPECTIVO FUNDO

☞PARA O DBTA FUNDOS SÃO CONJUNTOS DE DOCUMENTOS DE UMA MESMA PROVENIÊNCIA.

FUNDOS ABERTOS X FECHADOS:

✓EM REGRA, EM FUNDOS ABERTOS NOVOS DOCUMENTOS PODEM SER ACRESCENTADOS E EM FUNDOS FECHADOS, NÃO.





ARQUIVOLOGIA

DOCUMENTOS

CONCEITO



UNIDADES DE REGISTRO DE INFORMAÇÕES, QUALQUER QUE SEJA O SUPORTE OU FORMATO

DEFINIÇÕES DO DBTA INFORMAÇÃO: "ELEMENTO REFERENCIAL, NOÇÃO, IDEIA OU MENSAGEM CONTIDA EM UM DOCUMENTO".

☞ SUPORTE: "MATERIAL NO QUAL SÃO REGISTRADAS AS INFORMAÇÕES".

FORMATO: CONJUNTO DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE APRESENTAÇÃO, DAS TÉCNICAS DE REGISTRO E DA ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO E CONTEÚDO DE UM DOCUMENTO.

CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

GÊNERO DOCUMENTAL REUNIÃO DE ESPÉCIES DOCUMENTAIS QUE SE ASSEMELHAM POR SEUS CARACTERES ESSENCIAIS, PARTICULARMENTE O SUPORTE E O FORMATO, E QUE EXIGEM PROCESSAMENTO TÉCNICO ESPECÍFICO E, POR VEZES, MEDIAÇÃO TÉCNICA PARA ACESSO,

COMO DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS, DOCUMENTOS
BIBLIOGRÁFICOS, DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS,
DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, DOCUMENTOS FILMOGRÁFICOS,
DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS, DOCUMENTOS
MICROGRÁFICOS, DOCUMENTOS TEXTUAIS, ETC.





ARQUIVOLOGIA

SISTEMAS E MÉTODOS DE ARQUIVAMENTO

MÉTODOS BÁSICOS

ESSE É O MÉTODO DE SISTEMA DIRETO QUE TEM O
NOME COMO ELEMENTO PRINCIPAL DAS BUSCAS

MÉTODO ALFABÉTICO

NESSE CASO, OS DOCUMENTOS SÃO DISPOSTOS SEGUINDO A ORDEM ALFABÉTICA QUE POSSUI DIVERSAS REGRAS QUE DEVEM SER RESPEITADAS (REGRAS DE ALFABETAÇÃO E ORDENAÇÃO)

☞ REGRAS DE ORDENAÇÃO - LETRA POR LETRA OU PALAVRA POR PALAVRA. SÃO AUTO EXCLUDENTES.

NESSE MÉTODO, O ELEMENTO MAIS IMPORTANTE DO DOCUMENTO É A SUA PROCEDÊNCIA OU LOCAL.

MÉTODO GEOGRÁFICO

TAMBÉM É UM MÉTODO DO SISTEMA DIRETO

MUITO UTILIZADO PARA O ARQUIVO DE CORRESPONDÊNCIAS





DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO







DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SENTIDO OBJETIVO (MATERIAL/FUNCIONAL)

SENTIDO SUBJETIVO (FORMAL/ORGÂNICO)

€ QUEM EXERCE A FUNÇÃOADMINISTRATIVA
(ÓRGÃOS E ENTIDADES)

SENTIDO AMPLO

ABRANGE OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS (GOVERNO) QUE EXERCEM AS FUNÇÕES POLÍTICAS

ÓRGÃOS E PJS QUE EXERCEM FUNÇÃO ADMINISTRATIVA SENTIDO ESTRITO

ABRANGE SOMENTE OS ÓRGÃOS E PJS QUE EXERCEM FUNCÃO ADMINISTRATIVA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

 \bigvee

NÃO POSSUEM
PERSONALIDADE
JURÍDICA PRÓPRIA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

→ AUTARQUIA, FUNDAÇÃO , EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

POSSUEM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA





DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

#SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

CRIMES	<i>INAFIANÇÁVEIS</i>	<i>IMPRESCRITÍVEIS</i>	INSUSCITIVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS		X	
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			×

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES